

ACTA Nº. 15**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2012:**

Aos vinte e sete dias do mês Abril do ano dois mil e doze, reuniu pelas vinte horas e trinta minutos, em sessão ordinária, no auditório da Escola Profissional Vasconcellos Lebre, a Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída pelo Presidente da Mesa, Senhor José Miguel da Rosa Felgueiras, pelo 1º Secretário, o Senhor António Ferreira Ribeiro e pelo 2º Secretário, a Senhora Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1) Votação da Acta n.º 13 - Sessão de 27 de Janeiro de 2012; -----
 - 2) Votação da Acta n.º 14 - Sessão de 24 de Fevereiro de 2012; -----
 - 3) Informação do Presidente da Câmara, nos termos da alínea e) do n.º. 1 do art.º 53º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º. 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----
 - 4) Suspensão Parcial do Plano de Urbanização do Luso e do Plano Director Municipal – Solicitação de Parecer; -----
 - 5) CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens; -----
 - a) Relatório Anual de Actividades 2011; -----
 - b) Solicitação de substituição de elemento; -----
 - 6) Alteração da Tabela de Taxas e Licenças – Proposta n.º 5/2012; -----
 - 7) Informação da Câmara Municipal, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro; -----
 - 8) Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e documentos de Prestação de Contas do Exercício de 2011; -----
 - 9) Certificação Legal das Contas de 2011 – Parecer do Auditor Externo; -----
 - 10) Aplicação do Resultado Líquido do Exercício Apurado em 2011 – Proposta;
- O 1º Secretário procedeu à chamada dos membros da Assembleia Municipal, verificando-se que faltou com justificação o Senhor José Alves Rosa, Presidente de Junta de Freguesia de Vacariça. O Senhor Bruno Manuel Pereira Coimbra não esteve presente nesta sessão e foi substituído respectivamente pelo Senhor Emídio dos Santos, no seguimento do pedido de substituição previamente apresentado. Também o Senhor Jorge Campos Carvalho substituiu o Senhor Homero Cristina Serra, na qualidade de representante da Junta de Freguesia de Luso. Foi ainda assinalada falta injustificada ao Senhor Carlos Alberto Alves Pinheiro, em virtude de se ter ausentado de forma permanente da presente sessão da Assembleia Municipal, antes do seu término. -----

O Senhor Presidente da Mesa informou sobre a correspondência que foi recebida, desde a última sessão desta Assembleia Municipal. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

O Senhor Presidente da Mesa deu por iniciada a sessão e perguntou se alguém queria inscrever-se neste período. -----

- Tomou a palavra o Senhor Jorge Carvalho para referir que foi alertado nas últimas semanas, na Junta de Freguesia, para o facto do proprietário de um estabelecimento do Luso estar a receber cartas do Presidente da Câmara Municipal de Mealhada relativamente às actividades que se desenvolvem dentro do referido estabelecimento, nomeadamente karaokes e DJs. Referiu que alguns dos presentes já frequentaram os referidos eventos no visado estabelecimento e podem contradizer o que a GNR envia para a Câmara

Municipal. Salientou que as portas estão sempre fechadas e que não é feito barulho. Provavelmente serão as pessoas que por ali transitam e visitam outros cafés que poderão fazer algum barulho excessivo. Por outro lado, a Câmara avisou que o estabelecimento passaria a encerrar às duas da manhã caso a situação se repetisse. Acontece que este estabelecimento é o único local de divertimento que existe no Luso e pessoas aqui presentes que podem atestar que a dez metros do café não se ouve barulho. Questionou também por que é que em outras zonas do País, nomeadamente no Algarve, são as Câmaras Municipais que pagam a animação das suas terras e aqueles que vêm trazer dinheiro ao município têm de tirar as suas licenças para karaokes, quando estão limitados a fazer apenas seis por ano. Assim sendo, as pessoas terão que se deslocar para outros locais, o que é uma situação desagradável, uma vez que o Luso está muito pobre em termos de animação. Referiu ainda que acha ridículo que a GNR esteja a mentir, revelando que já foi a tribunal por uma mentira de um GNR, enquanto presidente do Clube Desportivo do Luso. Neste sentido, solicitou à Câmara Municipal a sua melhor compreensão para esta questão de modo a não tirar ao Luso o pouco que tem em matéria de animação. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para referir que esta é uma questão pertinente que temos que ver aquilo que é o direito constitucional garantido ao sossego, à privacidade e o direito das pessoas ao divertimento e de ganhar o seu dinheiro. Acontece que muitas vezes, estes dois direitos não são coincidentes e a Câmara Municipal tomará certamente isso em consideração e procederá da melhor à gestão deste processo. Não havendo mais intervenções encerrou o período de intervenção do público. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

- O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria usar da palavra neste período e foram inscritos os Senhores António Neves, Guilherme Duarte Luís Tovim e Luís Brandão. -----

- Tomou a palavra o Senhor António Neves apresentar o seguinte voto de pesar: -----

VOTO DE PESAR

A CDU propõe a esta Assembleia, um voto de pesar pelo falecimento, no passado mês de Março, de Augusto José Gomes Oliveira, militante e dirigente do PCP, que foi membro da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Mealhada após o 25 de Abril, membro da Assembleia Municipal de Mealhada e membro da Assembleia de Freguesia de Pampilhosa, numa justa e merecida homenagem ao homem, ao cidadão emprenhado, ao humanista e ao lutador pela Liberdade. -----

Os deputados da CDU, -----

António José da Silva Breda e António Nogueira das Neves, -----

- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para referir que a presente Assembleia se associa ao voto de pesar apresentado e determinou um minuto de silêncio em homenagem ao Senhor Augusto José Gomes Oliveira. -----

- Interveio o Senhor Guilherme Duarte para expor que no dia 17 de Abril esteve presente, provavelmente, na última reunião do ACES III. O ACES III é o agrupamento dos Centros de Saúde de Mealhada, Cantanhede, Mortágua, Tocha e Mira. Nessa reunião, foi exposto que este agrupamento irá deixar de existir e que se irá juntar ao agrupamento do Baixo Vouga. Assim, o Centro de Saúde Mealhada irá pertencer à zona Viseu, sendo que a sede se situará em

Coimbra. Este assunto foi debatido e criou alguma consternação a todos os presentes, uma vez que esta comunidade se encontrava em funções à sensivelmente há menos de 2 anos. Foi também efectuado um balanço pelo Director Executivo de toda a actividade, foi realçada a melhoria da qualidade dos serviços prestados nos Centros de Saúde deste agrupamento. Uma vez que a Mealhada deixará de pertencer à comunidade do ACES, segundo legislação que entrará em vigor, referiu que não sabe o que virá a acontecer daqui para a frente. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para esclarecer que existem três agrupamentos do ACES Baixo Mondego e que vão ser alvo de reorganização. Foi enviada a proposta de portaria para a Câmara Municipal para que se pronunciasse no prazo de 25 dias sobre a mesma. Acontece que quem redigiu a referida proposta colocou informação incompleta, questões erradas e desfasadas da realidade no que toca à Saúde. No entanto, acredita que as pessoas estão atentas e que são competentes naquilo que fazem. Contactou o Director Regional de Saúde do Centro para alertar que a referida proposta se encontrava incompleta, que o novo agrupamento não correspondia sequer à unidade territorial mencionada, que as unidades territoriais iam ser alteradas, para além dos fundos comunitários. Paralelamente a isto, A Comunidade Intermunicipal do Baixo Mendego convidou os respectivos Presidentes de Câmara a reunir e solicitar uma audiência ao Senhor Director Regional da Saúde, que os recebeu na passada Segunda-Feira. Admirou-se por encontrar um jurista da Direcção Regional de Saúde do Centro que não conhecia o decreto de lei que promoverá as alterações já referidas, embora não sejam obrigados a conhecer todas as leis. No entanto, são obrigados a procurá-las, sendo esse o seu trabalho. Ora o Director Regional de Saúde do Centro verificou que havia efectivamente um erro, tendo sido prontamente corrigido no texto. Foi também prometido que o referido texto seria enviado já devidamente corrigido. No entanto, como até á data ainda não tinha recebido qualquer texto, contactou os serviços centrais da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego no sentido de apurar o ponto de situação e recebeu uma mensagem no telemóvel a informar que o problema estava resolvido. Neste sentido, referiu que o Senhor Guilherme Duarte relatou muito bem o que se passou na última reunião e esclareceu que os três agrupamento do ACES Baixo Mondego vão se juntar num só agrupamento com 10 concelhos, sendo que a sede do novo agrupamento será em Coimbra. -----

- Interveio o Senhor Luís Tovim para apresentar os seguintes votos de louvor: -

VOTOS DE LOUVOR

LUSOCLÁSSICOS

Venho por este meio solicitar um voto de louvor ao clube Lusoclássicos pela reedição da Rampa Histórica-Bussaco no próximo dia 6 de Maio de 2012. São iniciativas inovadoras e arrojadas como estas que dão outra vida ao turismo na região. -----

Desejo o maior sucesso à iniciativa, esperando que seja a primeira de muitas. - Mealhada, 27 de Abril de 2012 -----

Luis Tovim -----

CASA DO POVO DA VACARIÇA

Venho por este meio solicitar um voto de louvor à equipe de minis femininos pela conquista do campeonato distrital, e à Casa do Povo de Vacariça pela

aposta nesta modalidade, ampliando assim a oferta de modalidades no concelho. -----

Mealhada, 27 de Abril de 2012, -----

Luís Tovim -----

- O Senhor Presidente da Mesa colocou os votos de louvor à votação e foram ambos aprovados por unanimidade. -----

- Interveio o Senhor Luís Brandão para expor que recebeu o convite para a sessão solene de comemoração do 38º aniversário do 25 de Abril na véspera do evento e solicitou uma explicação à Mesa da Assembleia Municipal pelo sucedido. Referiu ainda que, no dia anterior à recepção do convite, tinha já telefonado aos serviços e confirmou que o convite já tinha sido enviado há algum tempo e que eventualmente teria havido algum atraso nos CTT. Neste sentido, sugeriu que os convites para as próximas comemorações do 25 de Abril deveria ser enviados por e-mail, da mesma forma como recebem a ordem de trabalhos para as sessões ordinárias e/ou extraordinárias da Assembleia Municipal. Relembrou que no início do presente mandato foi solicitado aos deputados/Grupos Municipais, pelo Senhor Presidente da Mesa, para apresentarem sugestões para a renovação das comemorações do 25 de Abril. Acontece que até este ano nunca se verificou qualquer inovação, não obstante as sugestões apresentadas na devida altura, algumas pelo PSD e relativamente às quais aquela estrutura partidária nunca obteve *feedback*. Certamente que os Grupos Municipais e outros intervenientes políticos do concelho ou agentes locais estarem interessados em colaborar com sugestões para eventos mais interessantes. Neste âmbito e de acordo com a proposta dos Senhores Vereadores do PSD, aprovada por unanimidade na reunião de câmara datada de 19 de Maio do ano anterior, que seria no sentido de enveredar esforços para a realização de uma Assembleia Municipal Jovem no âmbito das comemorações do 38º aniversário do 25 de Abril, questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre qual a razão pela não realização da referida Assembleia. Segundo a Acta da referida reunião, foi mencionado que se iriam desenvolver esforços junto do Agrupamento de Escolas de Mealhada e da Escola Profissional de Mealhada. Assim, questionou o que é que foi feito neste sentido, uma vez a que esta medida iria revitalizar as comemorações e aproximar a população das mesmas. Acrescentou que neste ano, as comemorações foram igual às comemorações dos anos anteriores, tendo sido caracterizadas por terem um ar pálido e cinzento, à excepção do discurso da Senhora Inês Várzeas, que trouxe um raio de luz e sentimento de esperança numa festa de lamentações. -----

Assim, no sentido de chamar as pessoas a estas comemorações, questionou o Senhor Presidente da Mesa se, no próximo ano, poderíamos contar com alguma coisa diferente nas comemorações do 25 de Abril. Questionou também o Senhor Presidente da Câmara Municipal se dará seguimento à deliberação tomada no dia 19 de Maio de 2011. -----

- Interveio a Senhora Vice-Presidente para referir que foram efectuados alguns contactos com o Agrupamento de Escolas da Mealhada, no âmbito da referida deliberação tomada em reunião de câmara, no sentido de se organizar algo. Foi comunicado que este assunto estava entregue a um grupo de professores que, no meio das suas actividades, iriam ter esta iniciativa em consideração. Houve uma iniciativa neste âmbito desenvolvida pelo Agrupamento de Escolas da Mealhada, particularmente pelos alunos das E.B.s, que foi até publicitada

pela Câmara Municipal de Mealhada, mas não podemos mandar nos Agrupamentos. O que poderemos continuar a fazer é reforçar esta intenção, quando é informado pelos professores que têm muita dificuldade em ter um grupo de alunos para participar nas Assembleias Jovens Distritais, ao contrário do que acontece em outros municípios. Certo é que não podemos obrigar os alunos a participar neste tipo de iniciativas, podendo o incentivo partir dos respectivos professores. No entanto, acontece que os professores argumentam que estão desmotivados, o que dificulta ainda mais o desenvolvimento desta iniciativa. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para referir que a Câmara Municipal ainda não manda nos correios, pelo que não pode pedir desculpa pelo atraso na entrega dos convites, uma vez que foram enviados com o devido tempo de antecedência. Referiu ainda que, para além do discurso da Senhora Inês Várzeas, também gostou dos restantes discursos proferidos na sessão solene e que a mesma correu bem, apesar de não se encontrarem tantas pessoas como seria de desejar. Lamentou apenas que não estivessem algumas pessoas presentes com responsabilidades nos órgãos autárquicos das Juntas de Freguesia e da Assembleia Municipal. Relativamente à realização da Assembleia Municipal Jovem, referiu que já tinha mostrado abertura no ano anterior para a sua realização, mas que a Assembleia Municipal não pode coordenar esta questão pelos motivos já apresentados pela Senhora Vice-Presidente. Assim, espera que a educação possa dar o seu contributo e para o ano possamos motivar as escolas a realizar a Assembleia Municipal Jovem, apesar dos poucos meios disponíveis. -----

- Interveio o Senhor Rui Marqueiro para dar conta do que se passou na última reunião da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego. Referiu que foi aprovado um voto de pesar pelo óbito de Miguel Portas e foi analisado o relatório de gestão e de contas sobre os quais foram levantadas algumas questões sobre algumas obras incluídas no plano que já teriam sido feitas há já alguns anos e não que fazia sentido figurar neste plano e que não nos dizia respeito. Mencionou também que o Senhor Presidente Jorge Brito tinha sido intervencionado cirurgicamente há poucos dias. Referiu ainda que o Senhor Presidente da Câmara de Montemor-o-Velho prestou alguns esclarecimentos sobre a actividade da CIM. Falou-se sobre a Central de Compras e sobre alguns projectos que a Assembleia Intermunicipal tem em agenda. Salientou ainda que estiveram presentes todos os membros eleitos por esta Assembleia Municipal. -----

- Interveio o Senhor Carlos Pinheiro para referir que tem verificado algumas pessoas a vender batatas, maçãs, etc. nas estradas nacionais do nosso concelho. Sublinhou que não tem nada contra esta questão e que em tempos difíceis todos temos de contribuir para que se desenvolva e promova a nossa economia local. Ora sobre esta questão, referiu que o Município de Lamego lançou uma taxa demasiado alta sobre todos aqueles que queiram vender na via pública, daquele concelho. Entretanto, é surpreendente ver que os referidos vendedores anunciam que os seus produtos, no nosso concelho, são de Lamego. Neste sentido, questionou se esta prática tem alguma cobertura legal, deixando que as pessoas tenham meios para escoar os seus produtos. Referiu também que esta prática não deixa de ser uma concorrência desleal para com todos aqueles que têm estabelecimentos abertos e que estão sujeitos a muitas penalidades pela ASAE. Concorda que as pessoas tentem comercializar os

seus produtos, que tentem criar valor e gerar riqueza, mas tem dúvidas se existirá algum controlo desta actividade, relativamente ao controlo que é efectuado nas pequenas, médias e grandes empresas, que têm os seus estabelecimentos abertos. Mencionou que é um pouco confrangedor ver produtos como o morango, que é mais perecível que os restantes produtos, sujeitos às diversas condições atmosféricas e sem qualquer abrigo de conservação. Neste sentido, sugeriu que o Município poderia tirar partido desta situação, devido à sua excelente localização geográfica, e que deveria criar um mercado permanente com as devidas condições para mostrar que temos capacidade para gerar valor. Quanto às declarações da Senhora Vice-Presidente, referiu que os professores não deveriam estar desmotivados, pois assim, também as pessoas estarão desmotivadas para pagar impostos, que por sua vez, servirão para pagar a professores que estão desmotivados para dar o seu contributo à sociedade. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para referir que a Câmara Municipal decidiu solicitar intervenção da GNR quanto à questão dos vendedores nas Estradas Nacionais. Referiu que as batatas de Lamego não são daquela região e que teve oportunidade de conversar com um desses vendedores na Câmara Municipal e soube que os vendedores que já estão instalados lhe pediram 40 mil euros para que pudesse vender os seus produtos naquele local. Subscreevou aquilo que foi dito pelo Senhor Carlos Pinheiro e informou que testemunhou uma situação, que poderia ter dado em acidente, devido aos "estabelecimentos de lata" instalados à beira da Estrada Nacional 1. Ora estes vendedores são detentores de cartões de Vendedor Ambulante, que é completamente o oposto do que se verifica. Estes vendedores são vendedores ambulantes fixos. Tanto a GNR como a Junta Autónoma de Estradas foram alertadas para verificarem esta situação. Sublinhou que a Câmara Municipal não poderá actuar sobre esta situação, para além dos alertas que já efectuou às entidades competentes. -----

- Interveio o Senhor Delfim Martins, para informar que faltou à sessão solene do 25 de Abril por ter estado presente nas comemorações do 25 de Abril em Barcouço, onde, no dia 24 houve um concerto e no dia 25 foi hasteada a bandeira às 9:30 horas com a presença da Filarmónica e do Executivo da Junta de Freguesia. Ainda no decorrer das referidas comemorações, foi levada a cabo uma campanha de recolha de lixo em toda a Freguesia. E por estas razões não pôde estar presente nos dois locais em simultâneo. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para referir que tinha efectivamente conhecimento da existência das comemorações do 25 de Abril, em Barcouço, pelo que a sua intervenção sobre esta matéria não foi particularmente dirigida ao Senhor Delfim Martins, Presidente de Junta de Freguesia de Barcouço. -----

- Interveio o Senhor Guilherme Duarte para felicitar a Câmara Municipal pela realização do Encontro da Educação, em que o tema global (Empreendedorismo) foi muito bem escolhido pela sua extrema importância na actualidade e interessante para o desenvolvimento dos nossos jovens. Este foi o sentimento transmitido às pessoas com responsabilidades na escola a que pertence e referiu que estas apostas valem a pena pelo que os frutos, mais tarde ou mais cedo, irão aparecer. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para referir que o empreendedorismo é de facto de extrema importância no País que tem mais iniciativas, mais ideias e mais dificuldade em concretizar essas ideias. Referiu que o

empreendedorismo está sem voga, espera que este projecto se estenda não só na comunidade escolar e que partilha também da opinião do Senhor Guilherme Duarte. Felicitou ainda todos os professores e toda a comunidade local que tem participado neste projecto. -----

- Interveio o Senhor António Neves para apresentar a proposta de deliberação da Assembleia Municipal de Mealhada, que a seguir se indica: -----

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

Perguntas a dirigir ao Senhor Ministro da Economia e do Emprego -----

O Grupo de trabalho sobre o ramal Pampilhosa-Figueira da Foz, constituído por deliberação desta Assembleia, assumindo a responsabilidade de manter iniciativa com vista à reabertura e melhoria ferroviária em causa, vem propor que este órgão autárquico decida colocar ao Sr. Ministro da Economia e do Emprego algumas questões que ajudem a esclarecer recentes declarações prestadas aquando de uma visita ao concelho de Cantanhede. Essas declarações, esperando-se, naturalmente, que sejam sérias, abrem perspectivas de reequacionamento da decisão de desactivação da linha, considerada um erro lesivo para o concelho, a região e o país. Como, por princípio, não se esperam de um governante declarações apenas de circunstância, certamente o Sr. Ministro poderá fazer chegar esclarecimentos adicionais ao que disse publicamente em final de Janeiro, com reprodução na comunicação social. -----

Assim, esta Assembleia Municipal delibera enviar as seguintes perguntas: -----

Exmo. Senhor -----

Ministro da Economia e Emprego -----

Dr. Álvaro Santos Pereira -----

Da visita a Cantanhede, no pretérito dia de 27 de Janeiro, tiveram registo na imprensa declarações de V.^a Ex.^a, a propósito do ramal ferroviário Pampilhosa-Figueira da Foz, encerrado por decisão do Governo que integra, confirmando o abandono das obras que chegaram a ser iniciadas. -----

Esta Assembleia Municipal teve oportunidade de se pronunciar contra o encerramento dessa infra-estrutura que foi descuidada ao longo dos anos, no mandato de sucessivos governos, mas que avalisadas opiniões apontam como de relevante interesse não só pela região mas também de importância nacional, podendo mesmo, havendo a esperada vontade política, vir a ser incluída num projecto mais largo de um eixo ferroviário do Oeste, alternativo à linha do Norte. Na própria visita que V.^a Ex.^a fez, ouviu opiniões no sentido da importância para a economia e competitividade expressas em nome de empresas do concelho vizinho; por certo, um investimento na reactivação e melhoria do ramal ferroviário em causa, serviria, para além das populações, um leque ainda mais vasto de empresas, um argumento de estímulo económico. Pensa esta Assembleia que um investimento deste tipo, de preferência articulado num projecto assumido de desenvolvimento do transporte ferroviário, enquadra-se dentro daqueles a que V.^a Ex.^a se referiu há algum tempo como os passíveis de realização porque promovem desenvolvimento económico. -----

Por tudo isto, a Assembleia Municipal da Mealhada, empenhada como está na reabertura e na melhoria do ramal que tem ponto de partida neste concelho, dirige a V.^a Ex.^a as seguintes questões: -----

- Se digne informar esta Assembleia e, através dela, a população do concelho da Mealhada e da região, em que consiste o interesse do Governo em analisar

a questão do ramal, de momento condenado por decisão política em que o Ministério de V.^a Ex.^a tomou parte. -----

- Uma vez que as declarações conhecidas, datadas já de Janeiro, apontavam, segundo se percebeu, a possibilidade de ponderar a reactivação da linha mas a faziam depender da existência de estudos que mostrassem a viabilidade do ramal, que estudos ordenou entretanto V.^a Ex.^a, no sentido de fazer uma avaliação séria de tal hipótese, de molde a garantir que uma tão negativa decisão, afinal passível de revisão, não se consume em definitivo como um erro político de irremediáveis repercussões para a circulação de mercadorias, de passageiros, para a competitividade de muitas empresas da região e, ainda, para o futuro da rede ferroviária nacional? -----

- Se, como é de esperar pelas declarações de V.^a Ex.^a, foram entretanto lançados esses estudos, esta Assembleia, empenhada como está na reabertura do ramal, solicita o seu integral conhecimento. Solicita-se ainda informações sobre outros estudos, por certo na posse de V.^a Ex.^a, incluindo os que foram tomados em conta na actual decisão do Governo. Em particular, esta Assembleia Municipal gostaria de conhecer os que eventualmente tenham analisado as vantagens de uma ligação ao porto da Figueira da Foz, de uma eventual ligação à linha do Oeste, da redução de custos para muitas empresas de vários concelhos da região e, ainda, as vantagens da reactivação de um serviço de passageiros de qualidade nessa infra-estrutura. -----

- Por último, solicita-se a V.^a Ex.^a se digne informar, em concreto, de qualquer outra iniciativa que tenha tomado com vista à reponderação da decisão tomada pelo Governo e que, para já se traduz no encerramento do ramal e também no desperdício do investimento que ali havia sido realizado, com vista à sua requalificação. -----

A Assembleia Municipal da Mealhada pugna pela reactivação do ramal ferroviário Pampilhosa-Figueira da Foz, uma linha que contava mais de um século mas que foi abandonada nas últimas décadas e desactivada pelo actual Governo. Defende assim os interesses legítimos do concelho e da sua população mas também da região; dá ainda o seu contributo para uma aposta no transporte ferroviário no que deve ser um inteligente desígnio nacional. -----

É em representação da população do concelho mas, como se vê, dando voz a outros interesses, insiste-se legítimos que convergem na reclamação de reabertura da linha que lhe dirigimos estas perguntas, na convicção de que as declarações da V.^a Ex.^a, animando a expectativa de reactivação do ramal, não podem ter sido meras declarações de circunstância. -----

Agradecendo desde já a atenção de V.^a Ex.^a, -----

Pela Assembleia Municipal de Mealhada -----

- O Senhor Presidente da Mesa louvou a persistência do Grupo de Trabalho sobre esta matéria. Colocou a presente proposta de deliberação à votação e a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

- Interveio o Senhor António Neves para ler a seguinte intervenção escrita: -----

“Na sessão solene comemorativa do 25 de Abril, a CDU deixou a leitura que faz da situação do país. Todas as semanas – mais vale dizer, todos os dias – são conhecidas mais medidas com que o Governo aperta a vida das pessoas, “esmifrando” à grande maioria tudo o que pode, cada vez mais violento, sacrifício atrás de sacrifício, austeridade atrás de austeridade. Lá vai o Governo, cantando e rindo, celebrando triunfos, objectivos alcançados, falando de boas imagens que dá lá fora do país, enquanto, internamente, o

desemprego aumenta, o desemprego aumenta, a pobreza alastra, a exploração redobra, o “Estado Social” definha e a economia precipita-se em recessão. Na Assembleia da República, os deputados eleitos pelos partidos que suportam o Governo batem palmas, votam a favor da catástrofe e dizem que tem de ser assim; outros fazem “oposição” com inócuas “abstenções violentas”, sem coragem de criticar as suas asneiras recentes e de agir contra o que elas originaram; e depois, há os que lutam, os que propõem alternativas e intervêm por elas, os que não se vergam, os que, na linha do que dizíamos na quarta-feira, são o melhor que o País tem e, na verdade, são aqueles e aquelas em quem reside a esperança de que Portugal não desapareça no cataclismo que se adivinha e avizinha. -----

E que é o mais espantoso, é que o défice aumenta e a dívida cresce, confirmando avisados alertas e mostrando que afinal é tudo em vão... Sacríficos, pobreza, fome, exploração, falências, roubos e confiscos... Tudo em vão! -----

Talvez seja um exagero dizermos que é “tudo em vão” porque, na verdade, continuam a aparecer notícias de estonteantes lucros em grandes grupos económicos, aqueles que já eram muito ricos continuam a ver garantida a sua intocável condição (os sacrifícios para aqueles são mesmo outra coisa, claro...), fazem-se negócios da china com bens e interesses estratégicos nacionais, há apetitosas recompensas para os amigos em conselhos de administração; e, na verdade, estamos, quase todos, a ser espremidos para além do insuportável em nome de buracos dos quais, pelos vistos, parece que os culpados somos nós, e para entregar em comissões e juro aos “generosos” amigos da troika. -----

Não há área nem sector que escape! O poder local está em hasta pública. Mandam os compromissos com os ocupantes estrangeiros e o colaboracionismo interno que também se apaguem freguesias às centenas e, depois, aproveitando a embalagem, também municípios. No nosso concelho, por proposta do Governo aprovada com votos e aplausos dos seus partidos – segundo sabemos, até com o voto de um deputado cá da terra! -, dizíamos, no nosso concelho, duas freguesias têm exéquias marcadas, se se cumprir aquilo que foi aprovado, lamentavelmente, no dia 13, na Assembleia da República. ----

- Permitam-nos referir que esta Assembleia Municipal conta entre os seus eleitos com um deputado à Assembleia da República, eleito no círculo eleitoral de Aveiro. Olhando para as informações no sítio da AR, verificamos que, nas bancadas do PSD e do CDS, todos votaram a favor da proposta do Governo, isto é, foram a favor da eliminação por agregação de duas das oito freguesias do concelho. Sem falsos rodeios, estiveram de acordo com isto, ou então teriam votado de outra forma. Pensando traduzir aqui o interesse e curiosidade de muitos munícipes, gostaríamos de ver isto explicado: por que é que o Sr. Deputado Bruno Coimbra está de acordo com a extinção de duas das freguesias do concelho da Mealhada e quais é que entende que devem ser agregadas? Lembramos que esta Assembleia tomou posição sobre o Documento Verde, na sessão extraordinária de dia 27 de Janeiro, rejeitando a liquidação de freguesias. -----

Valerá a pena dar algumas informações curtas a esta Assembleia, agradecendo a resposta enviada ao requerimento que a CDU fez na sessão anterior sobre os custos da sessão que decorreu em Antes. É bom lembrar que o eleito Sr. Bruno Coimbra considerou-a extemporânea, percebe-se hoje

melhor porquê; e que, mais tarde, o Sr. Vereador Miguel Ferreira veio zurzir publicamente a sua incomodidade pela realização dessa discussão e, deduz-se, pela tomada de posição da AMM, com argumentos que chegaram ao ponto de pôr em dúvida o bom senso da convocação de sessão extraordinária e dizendo que teriam sido gastos 6000 euros para fazer aquilo que apodou de “comício”. -----

Neste sentido, gostaríamos de dar duas informações: -----

1.^a Fomos informados, em resposta ao já referido requerimento que endereçámos ao Sr. Presidente da Assembleia, de que o total de gastos com a sessão extraordinária – senhas de presença, publicações em jornais e horas extraordinárias – foi de 2.870, 82€, isto é, menos de metade da quantia que o Sr. Miguel Ferreira usou para fazer demagogia. Esta informação teve origem na Câmara Municipal e, como vereador, o Sr. Miguel Ferreira também poderia ter obtido essa informação, em vez de avançar com valores que, pelas informações que nos chegaram, não são verdadeiros. -----

2.^a Conforme já havíamos sido informados na última sessão, não houve qualquer pedido para o não pagamento de senhas de presença. Ao que sabemos, nem o Sr. Bruno Coimbra nem o Sr. Miguel Ferreira, não obstante o juízo e a desvalorização que fizeram da sessão em causa. -----

Como atrás referimos, esta Assembleia tomou, e bem, posição sobre o Documento Verde, rejeitando-o. Por isso, propomos hoje que, coerentemente, tome posição sobre a lei aprovada na Assembleia da República no passado dia 13. -----

Solicitamos, pois, que a mesa dê a conhecer a proposta de moção que a CDU entregou e que a sujeite à votação. Pedimos ainda aos eleitos neste órgão que votem de forma conseqüente e não em função de atitudes absurdas, como o ser contra porque vem do “comité central” – coisa que aliás podemos negar, até porque, modestamente, a qualidade do que aqui propomos não estará, porventura, a tão grande altura. A grande questão que se volta a colocar é se a AMM, de alguma maneira, aceita a extinção de freguesias no nosso concelho. O resto são agastamentos, e baixa política. -----

Obrigado, os eleitos da CDU, -----

António José da Silva Breda e António Nogueira das Neves” -----

Interveio o Senhor Jorge Carvalho para referir que na sessão extraordinária desta Assembleia Municipal, que ocorreu no dia 27 de Janeiro, em Antes, também foi apresentada uma proposta do Partido Socialista por seu intermédio e que se entendeu que não devia ser votada. Assim, solicitou que a mesa coloque à votação o seu voto de repúdio pelo que está a acontecer em relação ao nosso concelho e às nossas freguesias. Concordeu com quase tudo o que foi hoje dito e apresentado pela CDU, mas lembrou que a CDU também é culpada pela situações que hoje vivemos, quando se aliou ao PSD e CDS para derrubar um governo democrático, de José Sócrates, que por sinal, nem queria que o FMI entrasse em Portugal. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dar a conhecer a proposta e moção entregue pelos deputados da CDU, que a seguir se transcreve: -----

PROPOSTA DE MOÇÃO

Lei que aprova o regime jurídico da reorganização administrativa autárquica -----

A Assembleia Municipal da Mealhada pronunciou-se publicamente e em devido tempo contra o que o Governo chamou “Documento Verde da Reforma da

Administração Local". Em particular, rejeitou a possibilidade de extinção da freguesia de Antes que era então a única visada pelos critérios apresentados pelo Governo. -----

Entretanto, o Governo apresentou na Assembleia da República, a proposta de lei n.º 44/XII, tratando de tal matéria, agora, por via de critérios percentuais de agregação/eliminação de freguesias cuja aplicação já aponta o desaparecimento não de uma mas de duas das freguesias do concelho de Mealhada, em sentido oposto a todos os pronunciamentos havidos no concelho, incluindo o desta Assembleia, diga-se que em consonância com o que tem sucedido em muitos outros locais do país. -----

Esta Assembleia não admite ser um instrumento para a liquidação de freguesias no Concelho da Mealhada: está em causa nunca ter sido sentida ou demonstrada a necessidade dessa extinção/agregação de freguesias; está em causa a contestação de que, entre as oito freguesias do concelho, não há qualquer uma a mais, não obstante o teor do chamado memorando da troika sobre esta matéria; está em causa que dos intentos inscritos na proposta de lei n.º 44/XII não resultariam benefícios ou vantagens, bem pelo contrário, para as freguesias e populações de Antes, de Barcouço, de Casal Comba, do Luso, da Mealhada, da Pampilhosa, da Vacariça ou de Ventosa do Bairro, tal como sucederia para o concelho no seu todo. -----

A proposta de lei n.º 44/XII foi votada na Assembleia da República no dia 13 deste mês, tendo sido aprovado com os votos favoráveis dos deputados eleitos pelo PSD e pelo CDS que, assim, na verdade, votaram favoravelmente a liquidação de autarquias, incluindo freguesias do nosso concelho. -----

A Assembleia Municipal da Mealhada não está contra as reformas quando elas são necessárias e bem feitas. Rejeita, pois, as acusações de que não apoiar este processo é ter uma posição imobilista. Uma reforma séria e positiva do poder local justificava-se mas não para liquidar freguesias a oito. Elementos de uma reforma com tais características seriam, certamente, a clarificação das competências das autarquias e da adequada atribuição de meios para o seu exercício, a sistematização e organização da legislação que, muitas vezes, dificulta, limita ou impede o trabalho ao nível autárquico ou, até, a discussão da regionalização prevista na Constituição da República Portuguesa mas que, mesmo assim, não tem contado com o labor reformista de que sucessivos governos e maiorias parlamentares se reclamam, alguns, para encobrir ataques e retrocessos como o que se desenha na presente "reforma das autarquias". -----

Assim sendo, a Assembleia Municipal da Mealhada: -----

1. Lamenta e expressa a sua discordância pela aprovação da proposta de lei n.º 44/XII que abre caminho à extinção/agregação de freguesias também neste concelho, consciente de quem foram e são os agentes políticos responsáveis por tal aprovação. -----

2. Informa desde já da sua indisponibilidade para vir a indicar freguesias a extinguir/agregar, algo para que, aliás, nenhum dos autarcas eleitos no concelho está sequer mandatado. -----

3. Saúda todos/as os que se têm envolvido no necessário combate contra o ataque ao poder local que o Governo pôs em marcha, desde os autarcas e órgãos autárquicos do concelho que se têm pronunciado com clareza sobre o assunto, até aos munícipes e colectividades que ajudaram a dar uma enorme e

inapagável força à recente manifestação “Em Defesa das Freguesias” que encheu a Avenida da Liberdade em Lisboa. -----

4. Exorta a ANAFRE e a ANMP a não pactuarem com este processo, desde logo não indicando representantes para a “Unidade Técnica” prevista para concretizar a eliminação de freguesias. -----

5. Reivindica do Presidente da República a não promulgação da lei aprovada pelos partidos que suportam o Governo em conformidade com as suas responsabilidades constitucionais e em consonância com as suas declarações contra o agravamento das assimetrias regionais e em defesa da identidade local. -----

6. Apela a todos/as, autarcas, trabalhadores das autarquias, movimento associativo, população em geral para o prosseguimento de acções e da luta contra a extinção de freguesias e em defesa do poder local democrático. -----

Para o devido conhecimento, a Assembleia Municipal de Mealhada decide tornar pública esta moção, remetê-la às mesma entidades para as quais já foi endereçada a posição tomada na sessão extraordinária de 27 de Janeiro, às quais acrescenta ainda os/as deputados/as eleitos no círculo eleitoral de Aveiro, dos/as quais se espera ainda mais atenção e consideração pelo presente pronunciamento. -----

Pela Assembleia Municipal da Mealhada, -----

Os eleitos da CDU na AMM solicitam à mesa que esta proposta de moção seja votada nesta sessão. -----

Os eleitos da CDU, -----

António José da Silva Breda e António Nogueira da Neves -----

- Interveio o Senhor Luís Brandão, em tom de comentário ao referido pelo Senhor Jorge Carvalho, referindo que não foi o PCP que assinou qualquer acordo com a troika, antes de cair o governo anterior. Como já havia referido na sessão extraordinária desta Assembleia que ocorreu em Antes, reafirmou, segundo os dados do INE e os critérios pré-definidos no Livro Verde, que não haveria qualquer extinção de freguesias neste concelho. Confessou que não conhece a proposta de lei que foi aprovada na Assembleia da República sobre esta matéria e como ainda não foi publicada, é da opinião que esta questão só deveria ser abordada depois de concretizada. Quanto ao Senhor Bruno Coimbra, referiu que ele não está presente para se defender e sublinhou que antes de tudo é deputado da Nação. Referiu que é assim que funciona o sistema eleitoral em Portugal e é também neste sentido que a reforma autárquica vai mudar algumas coisas para melhor. Como não conhece a lei e como não conhece todos os seus pormenores, referiu que não poderá votar favoravelmente esta proposta de moção, até porque não nos podemos esquecer que fazemos parte de um País que tem problemas e que tem compromissos assumidos. Como tal, é necessário fazer-se alguma coisa e é preciso aguardar esclarecimentos sobre esta matéria e defender os interesses do nosso município, dentro da realidade do país que temos, assim que esta Assembleia Municipal seja chamada a intervir. -----

- Interveio o Senhor Jacinto Silva para referir que se irá abster à proposta de moção apresentada pelos deputados da CDU. Ora aquando da sessão realizada na Junta de Freguesia de Antes, referiu que o PSD respeita a decisão da Assembleia de Freguesia de Antes contra a extinção de qualquer freguesia do nosso concelho. Sublinhou que o PSD concorda e respeita a posição que foi

tomada pela Assembleia Municipal, não sendo necessário voltar a “chover no molhado”. -----

- Interveio o Senhor Guilherme Duarte para referir que ficou bastante decepcionado com as declarações do Senhor Luís Brandão. Não está em questão se o Senhor Bruno Coimbra procedeu mal ou bem na sua votação a favor da extinção de freguesias na Assembleia da República, sabendo que não foi essa a posição assumida na Antes, mas dizer que esta posição foi tomada por ser um deputado da Nação é que não se pode aceitar. Tanto se é deputado da Nação em Lisboa como em Antes. O que o Senhor Jacinto Silva demonstrou é um acto de coragem quando assumiu, com toda a galhardia que lhe é conhecida, que a sua posição é diferente da do seu partido em Lisboa. Nesta Assembleia, o Senhor Bruno Coimbra não tomou qualquer posição sobre esta matéria e questionou se o estatuto de deputado da nação não lhe confere o direito de se abster também em Lisboa, da mesma forma que se absteve nesta Assembleia. Ora, o facto de ser deputado da nação não justifica o seu comportamento de votar de uma forma esta Assembleia e votar de forma diferente na Assembleia da República. Neste sentido, referiu que o Senhor Luís Brandão defendeu o Senhor Bruno Coimbra da pior forma possível, ao tentar justificar o injustificável. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para referir que o Senhor Bruno Coimbra merece todo o nosso respeito e como não se encontra presente para se defender, encerrou a discussão sobre este assunto. Colocou a proposta de moção à votação e a mesma foi aprovada por maioria com dezoito votos a favor e dez abstenções. Mencionou que a mesa recebeu proposta de moção por intermédio do Senhor Jorge Carvalho, mas que por ser demasiado extensa e por ter já sido proferida na sessão extraordinária desta Assembleia Municipal que ocorreu no dia 27 de Janeiro de 2012, ficou acordado que o proponente enviaria posteriormente um novo texto. Foi enviado o texto que a seguir se transcreve: -----

VOTO DE REPÚDIO

A bancada do Partido Socialista propõe voto de repúdio ao Governo por ter aprovado uma proposta de lei que estabelece as regras para a redução do número de freguesias, uma alteração legislativa que faz parte da reforma da Administração Local. -----

P'lo Partido Socialista, -----

Jorge Carvalho -----

- Interveio o Senhor Carlos Pinheiro para referir que estamos aqui a perder tempo com questões de pormenor, deixando de se discutir o essencial. Referiu que tem mais que fazer, que é preciso sermos mais objectivos e que sejam discutidas as questões fundamentais. O interveniente ausentou-se de forma definitivamente da presente sessão da Assembleia Municipal. -----

- O Senhor Presidente da Mesa referiu que tem que fazer cumprir o Regimento e colocar à votação todas as moções que chegam à mesa desta Assembleia. Assim, colocou a presente proposta à votação e a mesma foi aprovada por maioria com catorze votos a favor, três votos contra e dez abstenções. Deu assim por encerrado o período antes da Ordem do Dia e deu início à Ordem de Trabalhos desta sessão. -----

5 – CPCJ – COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS: -----

A) RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES 2011: -----

- O Senhor Presidente da Mesa deu início à apresentação do Relatório Anual de Actividades de 2011. -----

- Tomou a palavra o Senhor Vereador Júlio Penetra para fazer uma pequena introdução à apresentação do Relatório Anual de Actividades de 2011 da CPCJ, através da intervenção escrita que a seguir se indica: -----

“Suspendemos por momentos a minha condição de membro do executivo municipal, para representar a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens da Mealhada. Começamos por agradecer ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal por ter correspondido ao nosso pedido de agendamento da apresentação do Relatório Anual de Actividades de 2011. -----

Cumprimentamos nesta qualidade os restantes elementos da mesa, os senhores membros da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Câmara e os membros do executivo presentes, cidadãos do concelho e representantes da comunicação social, membros da Comissão Alargada da CPCJ aqui presentes nessa qualidade. Seremos breves tanto quanto possível, dada a vasta agenda da sessão de hoje. -----

Antes porém de passar à apresentação e interpretação dos resultados do último ano, que será feita em representação da Comissão Restrita, pelas comissárias Dr^a Paula Andrade e Dr^a Célia Duarte, permitam que vos transmita um pouco da minha experiência de cerca de um ano na Comissão onde substituímos o Presidente José Calhoa Morais, em finais de Março de 2011. ----

Durante muitos anos, quer como cidadão quer como membro desta mesma Assembleia, devemos confessar que tivemos do papel, mas sobretudo da atividade desenvolvida pela CPCJ, uma visão distante e uma percepção pouco nítida do trabalho das condições e circunstâncias em que é executado... -----

À Comissão chegam, como podem imaginar os casos mais complexos, para utilizar um termo suave, de famílias (e aqui estou a falar de famílias com crianças dentro) a viver situações dramáticas, de total ausência de regras, de comportamentos anormais, as situações mais marginais da nossa comunidade municipal. -----

Posso dizer-vos que este primeiro ano de participação no dia a dia da Comissão, mostrou-nos uma realidade da qual conhecíamos apenas a ponta de um enorme iceberg, que esconde crianças e jovens a viver imensas situações de negligência a vários níveis, de abandono ou ausência de cuidados e afetos, de maus tratos físicos e psíquicos, de abusos sexuais, de promiscuidade e convívio nefasto com comportamentos de adultos, pouco recomendáveis para a formação equilibrada de crianças e jovens... -----

O ambiente de dificuldades económicas e insegurança social que vivemos, não está a contribuir para uma diminuição destas situações de perigo, antes pelo contrário. Receamos que o com o desemprego crescente, aumente o risco de desorganização do tecido familiar e com ele os perigos para a segurança, a saúde, a educação e a própria formação cívica e desenvolvimento das crianças apanhadas neste ambiente de dificuldades. -----

Aproveitamos para despertar a vossa atenção para esta realidade que muitas vezes está ao nosso lado, na nossa cidade, vila ou aldeia, por vezes na nossa rua ou no nosso bairro ou mesmo no prédio que coabitamos. -----

Tal como em muitas doenças físicas e orgânicas, quanto mais cedo for o conhecimento destas doenças sociedade, permitindo uma intervenção atempada, maior é a probabilidade de eficiência, menores serão as consequências para as crianças. -----

Esta atenção de todos, e a sua denuncia responsável, facilita igualmente a função e os resultados da Comissão que de um modo geral só é chamada a intervir em fases muito críticas das situações, carregadas já de bastante sofrimento e dramatismo para as crianças e também para os adultos envolvidos. -----

A nossa insistência e interesse em ir um pouco mais longe do que o mero cumprimento formal da remessa do Relatório Anual a esta Assembleia Municipal, prende-se com uma necessidade sentida pelas pessoas que lutam no dia-a-dia da comissão, e o fazem com grande empenho técnico e profissional mas também com um grande envolvimento afetivo, em promover uma maior aproximação à comunidade municipal, que esta Assembleia representa. -----

Ainda dentro deste ponto da ordem de trabalhos irão ser chamados a indicar de entre os cidadãos do concelho, um elemento que complete a representação da comunidade na Comissão Alargada da CPCJ. -----

O perfil deste elemento que deve ter especiais conhecimentos ou capacidades para intervir nesta área é muito importante, mas gostaria que atendesse na vossa escolha igualmente à sua disponibilidade pessoal para participar com efetividade na comissão. -----

Cada vez mais o trabalho da Comissão Restrita vai precisar do apoio da Comissão Alargada que a suporta e por isso desejamos dinamizar cada vez o papel interventivo dos membros da alargada, tarefa que exigirá cada vez mais tempo disponível. -----

Passaremos de imediato a palavra à Dra. Paula Andrade que na comissão representa o Ministério da Educação que com a Dra. Célia Duarte destacada na comissão pela Câmara Municipal a partir do Setor de Ação Social, passarão a apresentar-vos e a comentar o Relatório Anual de Atividade de 2011. -----

Muito obrigado pela vossa atenção, muito obrigado Sr. Presidente da Assembleia Municipal pela oportunidade de aproximação da CPCJ Mealhada, à sua comunidade através dos seus representantes.” -----

- Interveio a Senhora Doutora Paula Duarte para conduzir a apresentação do Relatório Anual de Actividades de 2011 da CPCJ, dando a conhecer e esclarecendo todos os dados constantes no referido Relatório, que se encontra disponível na Ordem de Trabalhos da presente sessão desta Assembleia. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para agradecer a apresentação efectuada ao Senhor Presidente da Comissão, Júlio Penetra, e à Doutora Paula Duarte e questionou se alguém queria colocar alguma questão. -----

- Interveio o Senhor António Neves para referir que esteve a analisar este trabalho exaustivo e houve uma consideração na conclusão do Relatório que lhe chamou a atenção e que tem a ver com uma sugestão da CPCJ à CNPCJR: “A CNPCJR deveria interceder no sentido de existirem técnicos a tempo inteiro, para viabilizar o cabal cumprimento das funções das CPCJ”. -----

Neste sentido e tendo em conta os dados que foram apresentados relativamente ao risco que a que as nossas crianças estão sujeitas, não se entende o facto de não existirem técnicos a tempo inteiro para fazer parte desta Comissão. Deu para verificar que as pessoas trabalham praticamente de forma gratuita, muitas vezes em horário pós laboral, o que é inacreditável num país onde existem Ministros com 14 motoristas a tempo inteiro. -----

- Interveio a Doutora Paula Andrade para referir que algumas entidades emprestam pessoal para a Comissão mas muitas delas vão apenas 3 horas por semana, o que é bastante grave, e que bastante falta faz. -----
- Interveio o Senhor Júlio Penetra para afirmar que realmente existe uma enorme falta de meios por parte das CPCJ, particularmente na nossa. Falar do número de processos activos é o mesmo que falar de centenas ou milhares de diligências tomadas, onde existem cada vez mais exigências em termos de controlo, de registos e de comunicação que se faz às comissões. Referiu que tudo deve estar registado e estruturado, uma vez que estamos a trabalhar com o que há de mais sensível nas nossas comunidades. Era apenas necessário que houvesse a proporcional correspondência de meios, quando tem sido feito um esforço tremendo pelos técnicos que são gestores de processos. Cada processo tem um trabalho exaustivo de pequenas e grandes diligências, de visitas domiciliárias, telefonemas, de comunicação pelos vários meios disponíveis à Comissão e por contactos com imensos interlocutores, desde as pessoas que estão à roda da criança em questão às instituições e entidades que colaboram com a Comissão para a resolução dos problemas. -----
- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para referir, na qualidade de pai, que admira imenso o trabalho elaborado pela CPCJ e que é preciso ter “estômago”, uma vez que nem todos aguentam a violência dos processos e das situações que são analisadas. Mencionou que não tinha a percepção da existência de 144 processos no nosso concelho, o que é um número preocupante. Desejou em nome da Assembleia Municipal a continuação do bom trabalho que tem sido efectuado e agradeceu a presença dos elementos da CPCJ. -----

B) SOLICITAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO DE ELEMENTO:

- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para referir que foi nomeado o Senhor Carlos Alberto Esteves Rodrigues, na sequência do pedido para substituir a Senhora Sandra Isabel Ferreira Carvalho. -----

8 - INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2011: -----

- O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para elaborar uma pequena introdução sobre este ponto. -----
- Interveio a Senhora Vice-Presidente da Câmara para referir que a informação disponibilizada neste documento reflecte a actividade desenvolvida no município no exercício económico de 2011, pelo que estão disponíveis para responder às questões que eventualmente queiram levantar. -----
- Interveio o Senhor Luís Brandão para enaltecer o aspecto gráfico dos documentos prestados, o que os tornou bastante esclarecedores. Depois de assistir à apresentação do Relatório Anual de Actividades de 2011 da CPCJ, sugeriu que fosse elaborada uma apresentação do mesmo género sobre esta matéria, o que iria permitir uma maior assimilação dos números para assim os discutirmos nesta Assembleia. Relativamente ao quadro 8.2.16 da página 75, questionou se não deveria estar incluída a Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego, uma vez que somos constituintes dessa associação de dez municípios, onde pagamos uma quota anual de 5.700 euros e sabemos que esta organização super municipal tem cada vez mais relevância na nossa gestão autárquica. Referiu também que os Governos de 2011 não faltaram com as transferências para a autarquia da Mealhada, pelo que o Executivo não foi

prejudicado pelos respectivos Governos. Olhando para os números do Relatório de Gestão do ano de 2011, a despesa de capital é, na sua opinião, a que implica maior capacidade e criatividade política. Neste sentido, em termos de despesa de capital, verifica-se uma taxa de execução no ano de 2011 na ordem dos 54,74%, que foi ainda inferior à verificada no ano de 2010, que foi de 62%. Tendo em conta que em 2010, classificou o desempenho desta execução suficiente, referiu que não poderá ter outra interpretação, uma vez que o valor foi ainda inferior ao do ano anterior. É também de referir que a execução orçamental da despesa, no seu todo, no ano de 2011, foi também inferior à do ano anterior, tendo sido executada 75% em 2011, quando a taxa de execução no ano de 2010 foi de 79%. Quer com isto dizer, que todas as despesas obtiveram uma taxa de execução inferior, no ano de 2011, comparativamente com as mesmas de 2010. Comparando também com anos anteriores, os dados constantes do relatório mostram, desde 2006 inclusive, que o ano de 2011 foi aquele em que houve menor despesa de capital, sendo que desde 2008, esse valor tem vindo a “descer a pique”. Neste sentido, referiu que a Câmara poderá estar a pensar guardar-se para nos próximos meses, os últimos do presente Executivo, para fazer obra que “encha a vista”. Referiu ainda que 30% do total da despesa foi investimento de capital e parece que o Executivo se encontra refém do QREN, pelo que, no meio de várias candidaturas, apenas 3 foram aprovadas, conforme se pode verificar no Relatório da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego. O que conduz a que seja impossível executar maior obra, uma vez que não existe maior apoio externo. Tendo em conta as considerações finais do Relatório de 2011 onde está referido - *“Estamos perante uma excelente execução orçamental.”* -, o que demonstra regozijo pelo que foi feito, referiu que não se pode regozijar com o que foi feito, relativamente ao Orçamento aprovado para o ano de 2011. Principalmente a relação entre as obras previstas e as que foram realmente executadas. Assim sendo, se os valores da taxa de execução fossem superiores, questionou o que é que teria sido escrito nas considerações finais do presente relatório. -----

- Interveio a Senhora Vice-Presidente da Câmara, relativamente à não inclusão da CIM no grupo das entidades associatárias, referiu que a CIM não se encontra incluída neste grupo de entidades, pelo que o seu objecto é diferente das restantes. O seu grande objectivo é a gestão dos fundos comunitários do QREN, em termos de contratualização para este território. Relativamente ao facto do Senhor Luís Brandão considerar que este Município não foi prejudicado pelo Governo, referiu que ainda existem pedidos de pagamento na CIM, desde Setembro e Outubro, e que ainda não foram efectuados, embora esteja assegurado o seu recebimento. Referiu ainda que, graças à boa execução orçamental praticada por este município, já foram recebidas verbas por obras que já tinham sido realizadas. O Município da Mealhada não é aquele que terá mais razões de queixa sobre esta matéria, porque tentámos sempre identificar projectos que se enquadrassem no âmbito dos objectivos do PDT (Plano de Desenvolvimento Territorial). Relativamente às considerações sobre a despesa corrente, referiu que está mencionado no Relatório que se refere à animação dos equipamentos desportivos e culturais. Esta despesa não pode ser considerada despesa mas sim investimento em desporto, cultura, saúde e educação e não se cinge apenas à manutenção física desses equipamentos. Mais importante que edificar equipamentos de utilidade pública,

é ter a capacidade de os animar dentro de uma política orientada para todos. Houve sempre a preocupação de generalizar a nossa acção, quer na índole da educação, desporto, bem-estar e/ou cultura e isso custa dinheiro. Não temos culpa que esta despesa seja assim classificada e assim poder-se-á ter a certeza que no futuro não será necessário construir pavilhões, redes de saneamento, escolas, mas sim dotá-las de condições para que a nossa sociedade cresça de forma integrada e sustentada. Isto sim, é investimento e não despesa corrente, como foi mencionado. Relativamente às obras que não obtiveram despesa de capital, referiu que o Senhor Luís Brandão deverá ter conhecimento das obras que são lançadas e dos constrangimentos nos procedimentos burocráticos dos concursos de grandes obras, como por exemplo o Centro Escolar do Luso e a Requalificação do centro do Luso. São obras atractivas e por isso têm muitos concorrentes, o que dificulta a análise, até porque existem também muitos pedidos de esclarecimentos e muitas interrupções no decorrer dos processos. Todas as grandes obras lançadas em 2011 têm a devida cabimentação. Houveram também outras obras que tiveram realização física, mas não financeira, pelo que não podem ser espelhadas no Relatório, embora as obras continuem. No âmbito do QREN, só depois das obras lançadas e adjudicadas é que a Câmara pode concorrer aos seus fundos comunitários e é óbvio que a Câmara não sabe se esses fundos serão ou não aprovados para as respectivas obras. No entanto, existe o compromisso para as realizar. Foram também, a dado momento, criadas algumas condições de protecção devido ao elevado montante estimado para a execução de algumas obras e que poderiam colocar em risco a saúde financeira do concelho. A Câmara não trabalha com as obras aprovadas, mas efectua o seu lançamento e depois as respectivas candidaturas. Referiu também que há muitos meses que não têm sido lançados avisos de candidatura para as obras intermunicipais, o que também dificulta um pouco a actividade do município. No entanto, as obras estão lançadas e o compromisso assumido. Relativamente às grandes obras, houve de facto um atraso devido a pedidos de esclarecimento e não devido ao facto que queremos guardar o dinheiro para apresentar execução no final do mandato. O investimento efectuado tem sido consistente e em função dos projectos e prioridade que temos. Referiu ainda que existem muitas obras em curso e o facto de ainda não terem execução financeira não quer dizer que não estejam a ser feitas, pelo que a Câmara não se encontra refém de obras participadas, pelo que, no panorama que nos rodeia, continuam a ter razões para se regozijar. -----

- Interveio o Senhor Pedro Duarte para questionar qual o motivo de ter havido um acréscimo considerável uma taxa de ocupação de via pública, verificado no mapa de controlo da receita apresentado. -----

- Interveio a Senhora Vice-Presidente da Câmara para referir que este assunto se encontra pendente em Tribunal e é referente à taxa de ocupação do subsolo por parte da entidade Lusitânia Gás. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para referir que 8 meses de processos de candidatura parados na CIM é dramático, não tanto para a nossa autarquia mas para as restantes, em muito devido à falta de informação. Referiu também que a informação apresentada é fiável, de grande qualidade e é também elucidativa a qualquer pessoa comum e não só aos técnicos de contabilidade, o que é de louvar. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para referir que não nos podemos sentir prejudicados se tivermos o conceito de que a participação do Poder Local e as receitas do Estado são a favor da Administração Central. Acontece que não é isto que é o conceito democrático de Poder Local e expôs que a Lei das Finanças Locais não tem sido sucessivamente cumprida. É preciso ter noção que o Governo e a Assembleia da República fazem as leis para depois não as cumprir e esse é um grande problema. Houveram protocolos que foram abandonados pela Administração Central pelo telefone e não foram cumpridos e por isso vários projectos transformaram-se em despesa corrente devido ao investimento efectuado e que não obteve continuidade. -----

- O Senhor Presidente da Mesa subscreveu a anterior intervenção e colocou o Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Documentos de Prestação de Contas do exercício de 2011 à votação e o mesmo foi aprovado por maioria com vinte e cinco votos a favor e duas abstenções. -----

9 - CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS DE 2011 - PARECER DO AUDITOR EXTERNO: -----

- O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria colocar alguma questão ao Senhor Revisor Oficial de Contas, Dr. Sousa Leal. -----

- Interveio a Senhora Joana Luís para solicitar um esclarecimento quanto à questão que foi enfatizada relativamente ao activo. -----

- Interveio o Senhor Dr. Sousa Leal para referir que esta é apenas uma questão técnica. Referiu que todos os activos de propriedade de uma entidade têm que ser devidamente inscritos no balanço. Acontece que existem normas contabilísticas em contradição com as normas públicas em Portugal, nomeadamente com a DGAL. Depois de um pedido de esclarecimento junto da CCDR, segundo as normas públicas, os activos imóveis só podem ser inscritos no balanço se estiverem registados na Conservatória do Registo Predial. No entanto, existem vários destes activos que não podem ser registados por alguma razão. Mencionou também que a missão das Autarquias obedece mais às ordens públicas do que às ordens contabilísticas, pelo que tem que se dar prevalência às normas de ordem pública. Assim sendo, foi necessário mencionar os activos não inscritos no balanço, mas que efectivamente existem e são activos da Autarquia. -----

10 - APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO APURADO EM 2011 - PROPOSTA: -----

- O Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém queria usar da palavra neste ponto e, não havendo qualquer intervenção, colocou a Aplicação do Resultado Líquido do Exercício apurado em 2011 – Proposta à votação e a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

4 - SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO LUSO E DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL - SOLICITAÇÃO DE PARECER: -----

Senhor Presidente da Mesa colocou este ponto à discussão e remeteu o uso da palavra para o Senhor Vereador José Calhoa. -----

- Tomou a palavra o Senhor Vereador José Calhoa para referir que existem dois documentos de gestão territorial em vigor há já alguns anos no concelho, nomeadamente o Plano Director Municipal (PDM) e o Plano de Urbanização do Luso. Em paralelo foram criados alguns mecanismos aos referidos planos que

são o Programa Lusolnova e o Programa de Apoio ao Investimento, denominado PROVER, que vieram dar alguma abertura de investimento na Vila do Luso. Ao longo destes últimos anos, surgiram algumas pessoas com vontade de investir no Luso, em que o respectivo Plano de Urbanização tem criado o efeito contrário ao previsto, devido às limitações por ele impostas. Por outro lado, o trabalho que se tem desenvolvido na elaboração do novo PDM e na fase em que se encontra, permite à Câmara Municipal a suspensão do Plano de Urbanização. Sendo suspenso e segundo proposta efectuada à CCDR, propriamente para as zonas turístico termas, irá permitir que alguns investimentos sejam realmente consumados. Expôs que recentemente houve alguém que demonstrou vontade em investir no Luso e, juntando o útil ao agradável, a Câmara Municipal decidiu propor a suspensão do Plano de Urbanização e do próprio PDM. Referiu ainda que a CCDR emitiu parecer favorável quanto à presente intenção, tendo no entanto esta Assembleia Municipal a última palavra sobre esta matéria. -----

- Tomou a palavra o Senhor Hugo Fonseca, para esclarecer que a Assembleia Municipal não emitirá qualquer parecer sobre esta matéria, mas sim aprovar ou não, a proposta de suspensão apresentada. -----

- Interveio o Senhor Rui Marqueiro para referir que o Senhor Vereador José Calhoa foi pouco objectivo e solicitou que fossem mencionados todos os investimentos e projectos cuja execução se encontra pendente da presente decisão desta Assembleia Municipal. -----

- Interveio o Senhor Vereador José Calhoa para referir que os projectos são maioritariamente na vila do Luso onde existem uma série de clínicas, cujos proprietários têm alguns investidores que só avançarão, caso haja alteração parcial do PDM e das Reservas Agrícola e Ecológica Nacional. Existe também a possibilidade de investimento numa família da Mealhada num hotel, onde o ponto de fundamento existente no PDM faz com que o Plano de Gestão dos Resíduos Florestais seja um constrangimento a este projecto. Existe ainda uma família do Luso com intenções de investir num hotel sénior e que face aos actuais condicionalismos, também não pode ser feito. Por outro lado, também a Câmara Municipal vai avançar com mais uma série de obras na Vila do Luso, denominada por “2ª Fase” e, esta suspensão, permitirá desbloquear mais investimento para a vila do Luso. -----

- Interveio o Senhor Rui Marqueiro para lembrar que em 2007, a Sociedade Águas de Luso apresentou um projecto para a Vila do Luso e questionou se o PDM actual inviabiliza de alguma forma esse mesmo projecto e se a SAL pretende suspender esse investimento. -----

- Interveio o Senhor Vereador José Calhoa para referir que no local em causa está prevista a construção de um hotel, mas que ainda não recebeu quaisquer indicações da SAL para avançar com esse projecto. -----

- Interveio o Senhor Hugo Fonseca para esclarecer que a presente proposta de suspensão é destinada apenas para as zonas classificadas para instalação de equipamentos do sector turístico-termal e do sector de hotelaria e lazer. Ou seja, é apenas referente às zonas que estão destinadas à instalação de equipamentos de atracção turística. Acontece que no Plano de Urbanização do Luso existem alguns constrangimentos que não permitem a instalação de clínicas de saúde e bem-estar nestas áreas, apesar de complementar a actividade turística ou termal da região. Esta suspensão vai permitir aplicar as normas que se encontram na proposta de revisão do Plano Director Municipal e

que têm um carácter mais flexível quanto ao grau de abrangência das unidades permitidas nas zonas que estão a ser suspensas com a presente proposta, sempre dentro de um carácter turístico-termal. -----

- Interveio o Senhor Luís Brandão para referir que a menor qualidade das fotocópias disponibilizadas que não permitem ter a percepção ideal para analisar esta questão, apesar de serem perceptíveis algumas áreas, e questionou qual a totalidade das áreas abrangidas pela presente proposta de suspensão. -----

- Interveio o Senhor Hugo Fonseca para referir que as zonas abrangidas são a zona da Vila Duparchy, a zona onde se encontra instalada a Sociedade Águas de Luso, a zona da fábrica, a zona do lago, a zona do Grande Hotel do Luso, a zona das Termas, a zona do Parque de Campismo, a zona da Av. dos Castanheiros e a zona da Quinta do Navarro. -----

- Interveio o Senhor Pedro Duarte para questionar, tendo em conta todos os elogios proferidos ao desenvolvimento das termas e da Vila do Luso, se a Câmara Municipal já tinha equacionado recorrer a esta faculdade agora apresentada e tirar partido dela mais cedo, uma vez que já decorreu algum tempo desde o início dos trabalhos de desenvolvimento termal no Luso, ou se foi equacionada depois de surgirem todos os constrangimentos que o PDM criou a alguns promotores de novos investimentos. -----

- Interveio o Senhor Vereador José Calhoa para referir que, quando chegou à Câmara Municipal, ficou admirado com a quantidade de entidades que têm de dar parecer para aprovar quaisquer alterações do PDM e que para o suspender, as regras do próximo PDM já têm que estar definidas. Acontece que já existem pareceres favoráveis de diversas entidades e só agora, com o parecer da CCDR é que é possível recorrer à suspensão que está ser proposta. -----

- Interveio o Senhor Hugo Fonseca para esclarecer que em Abril, a Câmara Municipal aprovou a proposta do novo Plano Director Municipal e decidiu remetê-la à Comissão Técnica de Acompanhamento. A referida Comissão Técnica realizou uma reunião em Agosto e outra em Setembro e só enviou o seu parecer técnico em Outubro. Ou seja, só no final de Outubro é que havia condições que permitissem pensar na solução que está a ser apresentada, sem qualquer questão de carácter restritivo, uma vez que, já existe um parecer favorável da CCDR sobre a presente proposta de revisão do Plano Director Municipal para aquelas áreas, cujas normas da referida revisão já estão a ser antecipadas e tidas em consideração. -----

- Interveio o Senhor Pedro Duarte para questionar se existe mais alguma zona deste concelho com restrições face aos actuais instrumentos de gestão territorial e que possa também vir a beneficiar deste tipo de faculdade, à semelhança do que acontece com a presente proposta que se encontra a ser discutida. -----

- Interveio o Senhor Vereador José Calhoa para referir que agora é mais fácil desbloquear determinadas situações, uma vez que já existem regras definidas daquilo que virá a ser o futuro do Plano Director Municipal, apesar de haver ainda alguns acertos e adendas que possam vir a ser feitos. Expôs ainda que existe uma empresa sediada no concelho que se encontra interessada em efectuar um investimento avultado, ampliar as suas instalações e criar postos de trabalho na Zona Industrial de Viadores e foi nesse sentido que o Executivo Camarário decidiu por unanimidade, na última Reunião de Câmara, enviar

proposta à CCDR com o intuito de desbloquear as restrições existentes e, sobre a qual, ainda se aguarda resposta. -----

- Interveio o Senhor Carlos Rodrigues para referir que os PDMs de todo o país deviriam ter sido incluídos no memorando da troika, pois assim já estariam todos resolvidos e o mal português é não deixar o País evoluir por causa de PDMs. Relativamente à Vila do Luso, mencionou que ainda bem que o Executivo está atento aos pedidos que vão chegando. No entanto, é extremamente necessário fazer-se alguma coisa no sentido de revitalizar o Luso, que está a morrer aos poucos, á semelhança do resto do País. Neste sentido, referiu que ainda bem que o Executivo tomou esta medida, uma vez que é necessário investimento e criação de emprego na região, bem como turistas. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou a Suspensão Parcial do Plano de Urbanização do Luso e do Plano Director Municipal – Solicitação de Parecer à votação e o mesmo foi aprovado por unanimidade. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

1 – ACTA Nº 13 – SESSÃO DE 27 DE JANEIRO DE 2012: ---

- O Senhor Presidente da Mesa referiu que já foram entregues algumas sugestões do correcção e questionou se alguém queria usar da palavra. Não havendo qualquer intervenção, colocou a Acta n.º 13 – Sessão de 27 de Janeiro de 2012 à votação e a mesma foi aprovada por maioria com vinte e cinco votos a favor e duas abstenções. -----

2- ACTA Nº 14 – SESSÃO DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012:

- O Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém queria usar da palavra sobre este ponto. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para solicitar uma pequena alteração na página 11. -----

Não havendo qualquer outra intervenção, colocou a Acta n.º 14 – Sessão de 24 de Fevereiro de 2012 à votação e a mesma foi aprovada por maioria com vinte e seis votos a favor e uma abstenção. -----

6 – ALTERAÇÃO DA TABELA DE TAXAS E LICENÇAS – PROPOSTA Nº 5/2012: -----

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para esclarecer que esta proposta de alteração se refere ao custo excessivo da taxa que recai sobre os recintos itinerantes, depois de se ter verificado que era de facto um valor exorbitante e afectaria a realização de espectáculos de circo no nosso concelho. Assim, a Câmara Municipal deliberou eliminar a referida taxa e aplicar uma taxa única no valor de 55,25€, á semelhança da taxa praticada para os recintos improvisados. -----

- Interveio o Senhor Pedro Duarte para questionar se esta medida implica apenas a alteração da alínea b) para a fixação de uma taxa única e a manutenção da alínea a) do ponto 23 de Quadro VII da Tabela de Taxas em vigor ou se implica também a supressão da alínea a) do mesmo ponto. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para confirmar que a alínea a) do ponto 23 do Quadro VII da referida Tabela de Taxas se mantém inalterada. -----

- Interveio o Senhor Pedro Duarte para mencionar que assim sendo, o valor excessivo para a instalação de recintos itinerantes em espaços públicos

manter-se-á inalterado, o que significa um valor exagerado e que manterá o desincentivo para a instalação deste tipo de recintos em espaços públicos. -----

- O Senhor Presidente da Câmara confirmou as considerações do Senhor Pedro Duarte sobre esta questão. Referiu que o espaço público é de todos, é um bem comum e se for ocupado deixa de o ser e por isso é preciso haver também algum desincentivo, não se colocando esta questão no espaço privado. -----

- Interveio o Senhor Pedro Duarte para referir que ainda bem que se verificou este exagero e que se passará a cobrar apenas a licença administrativa do processo, na instalação de recintos itinerantes em espaços privados. No entanto, frisou que a manutenção da alínea a) do ponto 23 do Quadro VII da referida Tabela de Taxas, vem desincentivar por completo a promoção deste tipo de espectáculos nos espaços públicos deste município, impossibilitando desde logo o aumento de receitas por parte do Município de Mealhada. -----

- Interveio a Senhora Vice-Presidente da Câmara referindo que não existem espaços públicos adequados para a instalação de circos e os que existem não podemos deixar que sejam utilizados. No entanto, a utilização dos espaços de menores dimensões implicam o pagamento de quantias menores e que deixariam de ser consideradas quantias exorbitantes. -----

- O Senhor Presidente da Mesa referiu que já se chegou à conclusão que se pretendia chegar e referiu que tem sérias dúvidas quanto à aprovação desta proposta, na medida em que os espaços privados estão a acabar e, não havendo espaços privados, coloca-se a questão de onde é que se farão os circos neste concelho. -----

- Interveio o Senhor Jorge Carvalho para parabenizar o Executivo pela presente proposta de alteração das taxas e licenças em vigor. Referiu que se iria pronunciar sobre o primeiro assunto sobre o qual interveio, a realização de espectáculos de karaoke e DJs. Salientou que a Câmara Municipal cobra uma taxa de cerca de cem euros para a realização de karaoke e uma taxa diferente para a realização de um espectáculo de DJ, quando são espectáculos um pouco parecidos. Referiu que não concorda que se pague este montante pela licença para a realização de um karaoke e exemplificou que no concelho de Anadia são cobrados apenas doze euros pela mesma licença. Por outro lado, referiu que existe também uma restrição para a realização de karaokes. Neste sentido, sugeriu que a restrição de seis karaokes por ano deveria acabar e que a taxa de cem euros deveria ser reduzida para um valor mais acessível. Questionou também como é que a polícia tem informação se existe ou não ruído a mais nos estabelecimentos. -----

- Interveio o Senhor José Barroso Felgueiras para referir que é apologista que as taxas sejam pagas para que se possa manter os jovens durante a noite no Concelho de Mealhada, evitando assim que possam andar por esse mundo fora e evitando assim que venham a ter acidentes na estrada. -----

- Interveio o Senhor Luís Brandão para referir que apoia, obviamente, a redução do valor proposto pelo Executivo e sugeriu que se repensasse uma redução da taxa de instalação de recintos itinerantes em locais públicos, para que haja lugar à cultura neste município. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para referir que 90% dos karaokes que se fazem, não pagam nada porque não é pedida a devida licença para a sua realização. Referiu também que a Lei do Ruído é uma lei que exige aos empreiteiros para tirar uma licença para trabalhar ao Sábado de manhã. Sobre

a restrição de seis espectáculos por ano, se revogar o despacho proferido há três anos, referiu que a Lei Geral do Ruído não permite a realização de qualquer espectáculo neste tipo de estabelecimentos. Neste sentido, alertou que é importante ler a lei antes de se tecer alguns comentários que foram ditos. É que foram tecidos comentários sobre pessoas que não tiraram qualquer licença para realização dos seus espectáculos e depois gera-se este tipo de confusão. -----

- O Senhor Presidente da Mesa, não havendo mais intervenções sobre esta matéria, colocou a Alteração da Tabela de Taxas e Licenças – Proposta n.º 5/2012, à votação e a mesma foi aprovada por maioria com vinte e um votos a favor, um voto contra e quatro abstenções. Apresentou também a sua declaração de voto, esperando que esta aprovação não venha a encurtar a possibilidade de haver espectáculos em espaços públicos. -----

3 – INFORMAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

Esta informação escrita do Senhor Presidente da Câmara consta na Ordem de Trabalhos distribuída a todos os membros desta Assembleia Municipal e foi acompanhada dos elementos relativos à informação cultural, ambiental, educativa, desportiva e situação financeira do Município. -----

- O Senhor Presidente da Mesa perguntou aos senhores membros da Assembleia Municipal, se queriam colocar alguma questão sobre a informação apresentada. -----

- Pedeu a palavra o Senhor Luís Brandão para referir que não viu nada sobre a Agenda 21 Local nos documentos disponibilizados. Mencionou que em Outubro ocorreu um workshop para o qual foram convidados os membros desta Assembleia (fase de diagnóstico) e gostaria de saber qual o ponto de situação sobre esta questão, uma vez que já decorreu meio ano desde o último processo da Agenda 21 Local. Sobre a intervenção que ocorreu na Urbanização do Choupal, referiu que foram arrancadas as árvores que lá se encontravam, bem como o parque infantil. Neste sentido, questionou qual o projecto previsto, se existe ou não projecto e qual o *timing* previsto para a requalificação daquele espaço. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para referir que os trabalhos da Agenda XXI Local estão em curso e que será brevemente agendada uma nova sessão neste âmbito, possivelmente no próximo dia 16 de Junho, sempre sujeito a confirmação e a convite formal. Sobre o parque do Choupal, referiu que existe efectivamente um projecto para o parque e que toda a gente sabe as enormes dificuldades que existem para se poder colocar um parque infantil. No entanto, o parque infantil será efectivamente recolocado com as características que a lei permite e serão replantadas novas árvores, depois de resolvido o problema com as árvores antigas. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para alertar para a caixa de electricidade que se encontra no local e que foi vandalizada. Constitui um perigo enorme para as crianças e é uma questão a ter em atenção. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para referir que a Câmara já transmitiu várias vezes essa informação à EDP e que até agora não houve qualquer medida. -----

- Interveio o Senhor António Neves para ler a seguinte intervenção escrita: -----
“Tem sido recorrente a não inclusão, da publicidade das deliberações da Assembleia Municipal, no Boletim Municipal da autarquia, conforme prevê o

Regimento da Assembleia Municipal no seu Art.º 57º, nomeadamente nos pontos 2 e 3 do referido artigo. -----

Também não está a ser feita na página electrónica do Município, a inclusão dos conteúdos desta Assembleia Municipal, como previsto no mesmo artigo. -----

Deste modo, queremos que V.ª Ex.ª nos informe se tem conhecimento, ou não, desta situação e em caso negativo, se a partir de agora essa publicação vai ter lugar, como se deseja, quer no Boletim Municipal, quer na página electrónica.” -

- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para referir que tudo o que deve estar colocado na página da internet da Assembleia Municipal está publicado, pelo que tem até verificado periodicamente os seus conteúdos. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para referir que as actas só existem depois de aprovadas e só depois de aprovadas é que poderão lá ser colocadas. Referiu também que tem recebido as deliberações e as moções aprovadas pela Assembleia Municipal, mas que nunca recebeu qualquer indicação para as colocar no Boletim Municipal da Autarquia. Referiu também que não têm que ser os funcionários da Câmara a escrever aquilo que se passa na Assembleia Municipal. Neste sentido, sugeri que se criasse uma Comissão para enviar os conteúdos da Assembleia Municipal para os serviços de comunicação do Boletim Municipal para assim serem publicados. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para referir que o Senhor Presidente da Câmara é que é o Director do Boletim Municipal e que os assuntos para publicação já se encontram escritos quando são enviadas as deliberações para a Câmara Municipal. No entanto, referiu que fará pessoalmente a síntese dos assuntos tratados na Assembleia Municipal. -----

- Interveio o Senhor Jacinto Silva para se congratular pelo trabalho que a Câmara Municipal de Mealhada tem desenvolvido, especialmente nesta altura crise, e que tem cumprido com tudo aquilo que lhe tem sido exigido. Referiu ainda que o PSD tem tido nos últimos anos alguns Vereadores na Câmara Municipal, uns mais activos dos outros. No entanto, o presente Executivo Camarário tem dois elementos do PSD que tem colaborado activamente e têm ajudado este Executivo a ter mérito no trabalho que tem sido desenvolvido. É sinal que os elementos do PSD na Câmara Municipal estão atentos ao trabalho que o executivo tem efectuado e as suas posições assumidas levam a que fique satisfeito. Elogiou o Senhor Presidente da Fundação Mata do Buçaco, ex-Vereador da Câmara Municipal, pelo trabalho feito. Referiu que é um Presidente bastante activo, embora não o conheça pessoalmente, mas deve-se elogiar o seu trabalho pelas visíveis mudanças positivas que se têm verificado na Mata do Buçaco. Referiu também que em altura de crise temos que nos ajudar uns aos outros e que as famílias políticas deveriam estar unidas para ninguém se “afundar”. -----

7 – INFORMAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO: -----

- O Senhor Presidente da Mesa para referir que este ponto se refere à Lei dos Compromissos, onde constam as declarações emitidas pelo Senhor Presidente da Câmara, os encaixes plurianuais, os pagamentos a efectuar a 31 de Dezembro, que felizmente não havia, e a lista dos recebimentos também a 31 de Dezembro. Esta informação quer dizer que a Câmara Municipal não tem quaisquer dívidas. -----

- Interveio o Senhor Jorge Carvalho para parabenizar a Câmara Municipal pelo trabalho desenvolvido e para elogiar o Senhor Jacinto Silva, pelas declarações

proferidas quanto à união política dos partidos nesta altura de crise em que vivemos. Relativamente aos elogios ao Senhor Presidente da Fundação Mata do Buçaco, lembrou que o Senhor Bruno Coimbra demonstrou nesta Assembleia não estar contente com as actividades da Fundação na Mata do Buçaco, após ter efectuado uma fiscalização ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido. -----

E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que vai ser assinada por mim, _____

Rodrigo Manuel Ribeiro Baptista da Cruz, Assistente Técnico, nomeado por Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, para apoio administrativo à Assembleia Municipal, e pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. -----
